

PROJETO | MEMÓRIA EM AÇÃO: AS MINHAS MEMÓRIAS, A NOSSA HISTÓRIA

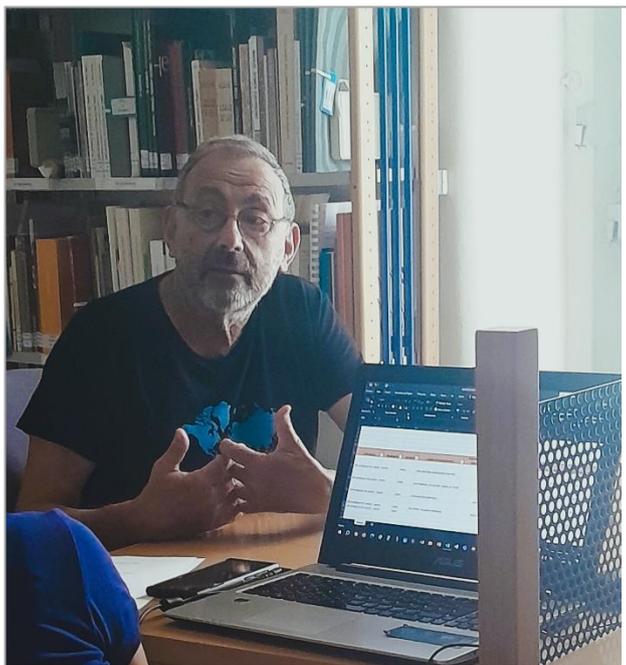


Foto: Museu de Lagos | Dora Alves

ENTREVISTA

RUI JORGE ZACARIAS PARREIRA nasceu em Lisboa, em 1954. Reside em Lagos desde 1997.

Licenciou-se em História, é pós-graduado em Museologia e mestre em Arqueologia.

Profissionalmente, exerceu funções como arqueólogo, museólogo e gestor de património.

Em 25 de Abril de 1974, Rui Jorge Zacarias Parreira vivia em Lisboa e era estudante da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

DESCRIÇÃO

Código de Referência: PT/ML/AML/C/3/35/000008

Título: Entrevista a Rui Jorge Zacarias Parreira

Tipo: Entrevista áudio formato M4A

Duração de gravação: 00:54:43

Entrevistador: Museu de Lagos / Patrícia J. Palma

Data: 28/07/2023

Local: Instalações do Centro de Documentação do Museu de Lagos.

Registo fotográfico: Museu de Lagos / Dora Alves

Transcrição: Mário Lino

Revisão e edição: Museu de Lagos / Patrícia J. Palma

Texto revisto e validado pelo entrevistado a 08/04/2024.



Patrícia de Jesus Palma (PJP): *Senhor Rui Parreira, muito obrigada pela sua disponibilidade em colaborar com o projeto Memória em Ação, aceitando conversar connosco sobre as suas memórias relativas ao 25 de Abril de 1974. Vivía em Lagos na altura da transição do Estado Novo para a Democracia?*

Rui Jorge Zacarias Parreira (RJZP): Na altura em que houve um levantamento militar, que depois deu origem a um processo revolucionário de base popular, eu vivia em Lisboa. Era estudante da Faculdade de Letras, tinha estado suspenso de quaisquer atividades académicas, porque fazia parte de grupos de contestação do regime fascista.

PJP: *Desde quando? Quando é que se começou a envolver nesses grupos?*

RJZP: A partir de 1971, pouco antes, portanto, na era Marcelista, tive um envolvimento já no meio universitário, apesar de ter frequentado um liceu, o liceu Pedro Nunes, em Lisboa, onde havia movimentos de contestação. Mas eu, nessa altura, não me envolvi, porque estava mais preocupado com questões de arqueologia, património, clubes juvenis, portanto, não tinha atividade política. Só no meio universitário é que tomei mais consciência do meu papel na sociedade e me envolvi com grupos que tinham atividade política - não só a nível universitário, mas o meu envolvimento era a nível universitário - e acabei por ser suspenso da frequência de atividades escolares.

PJP: *E qual foi a situação ou situações, em concreto, que acabaram por levar a isso?*

RJZP: Greves, interrupção de aulas dos professores catedráticos para exprimir interpretações alternativas... Éramos imediatamente expulsos da aula, como agitadores que estavam a prejudicar o bem-estar dos outros alunos. Colagem de cartazes, afixação de cartazes nas escadarias da Faculdade de Letras, piquetes de greve, participação em manifestações... por aí. Fomos todos identificados e, um belo dia, chegámos à entrada da Faculdade para ir para as nossas normais atividades escolares e entregaram-nos uma carta de suspensão assinada pelo subdiretor da Faculdade, o Gama Caeiro. Foi ele quem assinou a carta, mas com a conivência de todas as autoridades de gestão da Faculdade. Julgo que, na altura, o Reitor era o Professor Veríssimo Serrão.

PJP: *E durante quanto tempo foi essa suspensão?*

RJZP: Três meses de suspensão, com proibição de frequência de todas as atividades, com prorrogação até seis meses. E se voltássemos a reincidir, éramos imediatamente expulsos da frequência de qualquer universidade do País.

PJP: *Isso foi em que ano?*

RJZP: Foi em 1973, um ano antes do processo revolucionário. Por causa disso, eu, na altura, com todas estas ameaças sobre a minha cabeça, decidi – com o apoio do Instituto Arqueológico Alemão, com quem colaborava como estudante – decidi candidatar-me a uma bolsa do Serviço de Intercâmbio Académico Alemão, que não perguntava obviamente às autoridades portuguesas – era um governo socialista que estava na Alemanha na altura –, não perguntava se aquele candidato a uma bolsa era ou não era um agitador. Candidatei-me à bolsa, ganhei a bolsa. Entretanto, deu-se o 25 de Abril e eu fiquei naquela dúvida: “Vou para a Alemanha ou fico cá a fazer a Revolução?” Adiei o início da bolsa, mas fui mesmo para a Alemanha.

PJP: *Isso foi quando?*

RJZP: Isso foi em 74, em julho de (19)74.

PJP: *E como foram esses dias pós-25 de Abril? Estava em Lisboa?*

RJZP: Os dias pós-25 de Abril foram muito interessantes, porque nós estávamos muito envolvidos no meio académico e avançámos imediatamente – os vários grupos – com propostas de reformulação dos *curricula* e de reorganização dos cursos, para além de uma série de outras reivindicações como... aquilo que eles nos tinham feito a nós, fizemos nós aos professores mais reaccionários, ou seja, suspendemo-los da Faculdade. Eles continuaram a receber o ordenado, ficaram “na boa”, podiam continuar a fazer a sua investigação, enfim... Mas, lembro-me ainda que participei no primeiro Plenário de Estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa após o 25 de Abril. Fiz parte da Mesa dessa Reunião Geral de Estudantes e depois colaborei muito ativamente na reformulação dos *curricula* e dos cursos académicos. Foi a primeira vez, por exemplo, que a História da Arte e a Arqueologia tiveram variantes no Curso de História. Nós instituímos as variantes de Arqueologia e de História da Arte ao normal currículo do Curso de História, com um peso maior de cadeiras nessas áreas, conforme a escolha dos alunos. Julgo que foram as primeiras variantes ao Curso de História que houve na Faculdade de Letras, a funcionar a partir do ano letivo de 1974/75.

PJP: *Portanto, foram medidas implementadas no imediato!*

RJZP: Sim. Outra medida foi que, uma vez que havia professores em falta, porque nós tínhamos expulso os mais reaccionários, endereçámos convites a alguns investigadores e professores que não estavam na Faculdade, por causa das suas opções políticas, e essas pessoas vieram leccionar para a Faculdade de Letras a partir do ano letivo de 74/75.

PJP: *Lembra alguns?*

RJZP: Cláudio Torres, Jorge Custódio, Tengarrinha, o Piteira Santos, enfim... Foi essa malta que entrou de fora. E depois, também, entre os arqueólogos, que depois acabaram por sair anos mais tarde, José Morais Arnaut, que é o atual Presidente da Associação dos Arqueólogos Portugueses. A Maria Adelaide Maia, que fundou o Campo Arqueológico de Tavira. O marido, Manuel Maia, que fundou o Campo Arqueológico de Tavira e, depois, os dois fundaram o Museu da Lucerna em Castro Verde e que estiveram sempre muito ligados à investigação arqueológica no Sul. Essa “maltinha” entrou por convite e por iniciativa dos estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa.

PJP: *Portanto, apesar de ser pouco tempo, foi um trabalho desenvolvido...*

RJZP: Foi muito intenso. Entre Abril de 74 e Julho de 74, aqueles meses de Maio, Junho e inícios de Julho, foram de atividade muito intensa, de reuniões permanentes, diárias, com muita democracia, muito debate, muitas opiniões contrárias umas às outras. Mas, julgo que acabámos por lançar as bases de uma vivência democrática na Faculdade de Letras. E imagino que nas outras Faculdades terá acontecido um processo idêntico. Em Direito não sei, mas, em Letras, sim.

PJP: *Então, depois sai, no final de 1974?*

RJZP: Sim, eu continuo matriculado, continuo com a matrícula – aliás, fui aluno do António Borges Coelho, outro dos professores convidados nessa altura, para integrar o corpo docente da Faculdade. E fui aluno do ABC (António Borges Coelho) porque mantive a matrícula em duas cadeiras, como aluno voluntário, enquanto estive na Alemanha. Na Alemanha, estive com a bolsa dois anos, quatro semestres, e depois resolvi que já estava farto de alemães. Voltei para Portugal e fui trabalhar.

PJP: *E quando volta, o que é que encontra? Durante esse tempo, vinha frequentemente a Portugal?*

RJZP: Frequentemente, não. Vim no Natal duas vezes e vinha no Verão, mais ou menos durante um mês, dois meses, e depois voltava para a Alemanha. E regresssei definitivamente no início do semestre de inverno de 1976, que já não frequentei. Aproveitei para fazer mais alguma investigação, tirar apontamentos, porque éramos poucos alunos naquele instituto em Marburgo: dez alunos para aí que estávamos permanentemente lá, com uma biblioteca fantástica, a cerca de 70 quilómetros de Frankfurt, que tem a melhor biblioteca especializada em pré-história da Alemanha. Fiz muito trabalho de pesquisa, que depois me foi útil para a minha carreira profissional de gestor de Património e de Arqueólogo.

Era um pequeno instituto com investigação de ponta. Foi o primeiro instituto com cátedra de Pré-História existente em toda a Alemanha, antes da Guerra, fundado antes da Guerra e que passou por todos os processos de saneamento, de desnazificação, etc., com histórias “macacas” também, porque o primeiro catedrático - que era geólogo de formação de base – o Gero Merhart, acabou por ser afastado pelas autoridades nazis, que convidaram um dos seus alunos mais brilhantes, o Friedrich Holste, que foi enviado para a frente leste, para a frente russa, e acabou por morrer durante a Guerra, em 1942, já depois da nomeação como catedrático. Ele foi nomeado, mas nunca tomou posse porque morreu, entretanto, na frente de batalha. E, depois, acabaram por nomear aquele que foi meu professor (eu apanhei-o já em fim de carreira universitária), o Wolfgang Dehn, – tinha sido soldado ativo, faltavam-lhe dedos porque tinham congelado durante uma daquelas frentes de resistência nazis aos aliados, ficou com os dedos congelados e tiveram que os cortar! Foi desnazificado e admitido algum tempo depois. O Gero Merhart teve que regressar a dar aulas enquanto não havia um substituto, mas acabou por entrar o Wolfgang Dehn, que ficou como docente até 1975 – morreu em 2001. Em finais de 1975, entrou um outro professor, Otto-Hermann Frey, que eu ainda apanhei nos meus últimos dois semestres e que faleceu em 2023, já jubiladíssimo, desde 1996. Mas vivi esse tempo de transição de uma cátedra de uma pessoa que tinha estado diretamente envolvida com o regime nazi e que depois foi desnazificado, para um professor com uma perspetiva mais democrática daquilo que era o ensino universitário. Portanto, ainda apanhei os resquícios do fascismo alemão e tive toda esta vivência que o 25 de Abril me proporcionou. E que o pré-25 de Abril acabou por também me proporcionar.

PJP: *E regressa em 77 ou ainda em 76?*

RJZP: Não, eu regresso ainda em 76.

PJP: *Apanha as primeiras eleições?*

RJZP: Não, não apanho as primeiras eleições.

PJP: *Porque as eleições são em dezembro de 76, as autárquicas...*

RJZP: Não, ainda lá estava. Nas eleições para a Assembleia Constituinte, em abril de 1975 não estava cá, porque eu vivi-as à distância, e também não estava nas primeiras eleições legislativas, que foram em abril de 1976.

PJP: *E tem memória de acompanhar à distância essas eleições?*

RJZP: Tenho memória de acompanhar todo o processo político em Portugal.

PJP: *Como é que se vivia isso à distância? O que é que ia chegando?*

RJZP: Vivia com cartas da namorada que tinha deixado cá e que me ia mantendo a par. Porque ela também era muito ativa. Depois acabou por seguir uma carreira mais ligada à museologia. Tinha feito Arqueologia e depois ligou-se à Museologia, foi diretora do Museu de Castelo Branco, foi diretora do Museu do Traje e agora está reformada. Mas era ela que me mantinha a par, por correspondência.

PJP: *Então regressa no início de 77...*

RJZP: Deixe-me fazer contas... não me lembro bem. Eu estive lá quatro semestres, até ao fim do semestre de verão de 1976, que terminava a 30 de setembro.

PJP: *E quando regressa, que mudanças é que encontra? O que é que sente de diferente na sociedade portuguesa?*

RJZP: Encontro um país com cidadãos muito mais intervenientes nas suas preocupações, a reivindicarem. Pessoas muito reivindicativas. E é, aliás, esse espírito reivindicativo que faz toda a diferença nesse processo de transição, relativamente ao processo espanhol. Enquanto nós, em Portugal, tivemos um movimento militar que acabou por dar origem a um processo revolucionário que é da base para o topo, em Espanha temos o movimento de um processo de democratização do topo para a base. Portanto, são processos completamente diferentes, que aliás têm sido estudados pelos sociólogos e que ultimamente e felizmente, graças à Comissão de Comemoração do 25 de Abril, há obras que têm sido traduzidas e publicadas em português, numa coleção que tem vindo a sair em vários volumes dirigida pelo António Costa Pinto, professor universitário e politólogo, que é também comentador na televisão portuguesa. São sobretudo trabalhos académicos, mas que mostram bem a diferença entre o processo português e o processo espanhol. Portanto, eu venho encontrar um país mobilizado para a intervenção no seu dia-a-dia. Reivindicativo, muito desorganizado ainda, nada de movimentos sindicais muito organizados. Não: eram na sua grande maioria processos espontâneos, de base. As famosas comissões de moradores, sem grande enquadramento político - a não ser aquele que algumas pessoas mais vocacionadas para uma atividade política mais enquadrada teoricamente lhes proporcionava - mas, são sobretudo movimentos de base reivindicativos.

PJP: *De melhores condições de vida?*

RJZP: De melhores condições de vida. Casas sim, barracas não! Queremos bairros sociais! Queremos serviços públicos de qualidade! Queremos poder livremente exprimir os nossos pontos de vista! Queremos ter uma intervenção direta no processo político! Os deputados não correspondem a uma democracia que os elegeu para nos representarem,

eles não nos estão a representar, portanto, cercamos a Assembleia da República e obrigamo-los mesmo a representarem-nos! Essas coisas...

PJP: *Quando o Rui regressa, regressa a Lisboa?*

RJZP: Quando regresso, regresso a Lisboa, mas vou imediatamente para Beja por opção, porque achava que Beja era um laboratório de ação política. Eu tinha sido formado nos movimentos contestatários com a perspetiva de que: "Do que é que o povo necessita?" O povo não tem acesso ao ensino... Portanto, nós, que temos acesso ao ensino, que vimos maioritariamente das pequenas burguesias citadinas, temos a obrigação de nos formar politicamente e de sermos elementos ativos nos processos políticos. Nós, com mais formação política. É preciso estudar os clássicos do marxismo-leninismo, estudar economia política, é preciso estudar os processos históricos, porque nós, intelectuais na revolução, temos a obrigação de nos inserir nos movimentos populares e de, com a nossa perspetiva mais teórica, contribuir para que esses movimentos não sejam unicamente reivindicações espontâneas, mas sejam politicamente informadas e organizadas. Isso parte da teoria do Lenine expressa no "Que fazer?".

PJP: *E quando chega a Beja o que é que encontra?*

RJZP: Quando chego a Beja encontro uma sociedade muito rural, com uma grande oposição entre as burguesias agrárias, terratenentes, e um proletariado rural ativo consciente e mobilizado politicamente - obviamente sob influência direta do Partido Comunista Português, que se tinha implantado desde o tempo do fascismo na clandestinidade entre essas sociedades proletarizadas rurais. Encontro esse proletariado rural muito em oposição aos senhores da terra. Senhores da terra que se caracterizavam por ter a esperança de reaver as suas propriedades, que tinham mantido em grande parte os seus bens móveis. Aliás, eu assisti diretamente, ainda em Lisboa, a uma autêntica exportação de bens móveis - as pratas, os talheres de prata, os quadros, tudo isso - com suborno aos funcionários alfandegários, a sair em camiões TIR rumo a Espanha e França, mas, sobretudo, Espanha... Portanto, as pessoas agarraram nos seus bens, por medo que lhes invadissem as casas e os confiscassem. Puseram tudo lá fora e depois cá, sem as terras e sem as fábricas, brincavam aos pobrezinhos. Lembro-me que em Beja e depois em Évora, onde vivi mais tarde, a conversa era: "- Ai, filho! Naquela altura nós ficámos sem nada! Imagina que a tia não sei quantas até teve que fazer bolinhos para vender, porque não tínhamos nada! Porque o tio ficou sem terras e ele não sabia fazer mais nada! Ele tinha formação, ele era Regente Técnico Agrícola. Ficou sem terras e ele não sabia fazer mais nada, coitado! Foi a tia é que lhe valeu, porque fazia bolinhos para fora! Ficámos na pobreza!".

Na pobreza nas casas que tinham, com as coisas que tinham e que tinham posto a recato lá fora, ou então vivendo em Espanha, a assistir à distância. Imagino que não faziam bolinhos em Espanha, não sei exatamente do que viviam, mas tinham as suas posses, que foram gastando, até reaver as terras.

Portanto, encontrei essa sociedade dos terratenentes a brincarem aos pobrezinhos e dos proletários rurais a pensar que finalmente iam ter a terra entregue a quem a trabalhasse. Mentira, porque depois com a lei Barreto e tudo isso acabou por haver uma reversão.

Encontrei em Beja também uma sociedade agrária muito atávica, ou seja, quando a propriedade fica gerida por unidades coletivas de produção e por cooperativas - cooperativas mais sob influência do P.S., U.C.P. (Unidades Coletivas de Produção) mais sob influência do Partido Comunista – alguns gestores das U.C.P., alguns funcionários do Partido eram muito atávicos ainda, na sua forma de produção agrária. Era o trigo, era a rotação de cereais, e quando o Partido Comunista envia alguns dos seus quadros técnicos para apoio às U.C.P., esses técnicos tiveram sérias dificuldades. Primeiro, porque alguns deles eram mulheres, aspeto importante nesta sociedade rural tradicional. Uma técnica mulher a dizer: “– Não, camarada, aí não podemos fazer trigo! Temos de fazer girassol, temos que meter regadio!” Eles olhavam de lado, iam fazer queixa ao Partido, porque era mulher e estava a querer mandar nos homens e parecia-lhes mal, e porque estava a querer mudar coisas que eles toda a vida tinham feito assim. No tempo do patrão fascista, sempre tinham feito assim e parecia-lhes que era o adequado. Agora, estar cá com modernices pá, nem pensar! Portanto, apanhei esse Alentejo. Apanhei um Alentejo em transição também das culturas, dos cultivos agrícolas tradicionais. Não era a minha área, mas eu metia o bedelho, obviamente. Até porque eu tinha muito contacto com eles, porque eu era arqueólogo, era professor do ensino secundário, foi esse o emprego que me deram – já conto o que é que se passou depois a nível do secundário. Mas, eu olhava para aquilo que me rodeava e tinha tempo livre. Aliás, os professores têm imenso tempo livre.

PJP: *Tinham.*

RJZP: Tinham. Se calhar, tinham. Naquela altura, eram 22 horas semanais. A gente preparava as aulas até com um certo afinco, organizava atividades circum-escolares e sobrava tempo. A mim, sobrava muito tempo, para fazer arqueologia. E o fazer arqueologia implicava andar a verificar as coisas do Abel Viana, andar no terreno e ter contacto com esta gente que trabalhava a terra e que geria as propriedades, que eram as comissões gestoras ou as comissões diretivas - já não me lembro se era assim que se chamava - que tinham sido eleitas pelos trabalhadores para estar à frente das U.C.P.s.

Portanto, tive muito contacto com essa gente. Aliás, foram eles que chegaram a autorizar-me durante alguns anos as escavações arqueológicas, porque era obrigatória a autorização do proprietário e o proprietário eram as U.C.P.s. Devem estar nos arquivos da D.G.P.C. (*Direção Geral do Património Cultural*) as autorizações passadas pelos dirigentes das U.C.P.s para os meus trabalhos arqueológicos. Eu tinha contacto com esta realidade e tinha contacto com os colegas que estavam também em Beja e com os técnicos que tinham vindo cooperar com as U.C.P.s como técnicos especialistas de agricultura. E, portanto, apanhei toda esta vivência daquilo que se passava no campo.

PJP: *E esteve em Beja durante quantos anos?*

RJZP: Estive em Beja até 1980. Eu chego a Beja no final de 1976 e permaneço durante quatro anos, até Julho de 1980. Em Julho de 1980, regresso a Lisboa para trabalhar no Museu Nacional de Arqueologia na equipa do Francisco Alves. Durante esses quatro anos em Beja dei aulas no Secundário, eu, que até achava que vinha minimamente bem preparado, mas que, em 1976, ainda não tinha acabado a licenciatura. O meu primeiro ano de profissional docente contratado - chamava-se professores provisórios - foi entre o dar aulas e acabar o curso em Lisboa. Tinha umas cadeiras ainda para acabar, ia de comboio. Fazia o comboio da noite para lá, dormia em Lisboa, e depois fazia o outro comboio da noite, no regresso a Beja, no dia seguinte. Permaneço esses quatro anos (já licenciado a partir de 1977) e apanho um sistema de ensino completamente renovado. Tinha deixado de haver reitores, tinha passado a haver conselhos diretivos, com um presidente do conselho diretivo e quatro vogais muito politizados também e muito partidarizados até, em Beja. Eu chego a Beja, tomo posse do meu lugar e os meus colegas dizem assim:

"- Tu agora é que vais para o Conselho Diretivo, pá."

E eu:

"- Como é que é? Mas é a primeira vez que estou a dar aulas..."

"- Não interessa. Estamos cá para te ajudar."

E, portanto, eu fiz parte de um Conselho Diretivo logo no meu primeiro ano de docência. Tinha duas turmas, para aí oito horas de aulas, e o resto era feito em trabalho de gestão. Lembro-me ainda que havia muito contacto com estudantes. Acabei por ficar com a responsabilidade dos cursos noturnos, que eram mais adultos, conheci um homem interessante, que era o presidente do Conselho Diretivo, o Zacarias de Oliveira, professor de Filosofia, que tinha sido padre e que tinha estado na calha para Bispo de Aveiro e

depois «mandou a Igreja às urtigas», porque se casou com uma das paroquianas. E foi parar a Beja. E era um homem muito engraçado, porque ele tinha sido professor também na telescola e toda a gente no país todo conhecia o padre Zacarias de Oliveira, que me dizia muitas vezes: “– O meu primeiro nome é igual ao seu primeiro apelido, não é?” E era um homem muito interessante. Não partilhávamos das mesmas ideias políticas e muito menos partidárias. Ele era um homem muito mais ligado ao P.S....

PJP: *Mas a liberdade era isso...*

RJZP: Mas a liberdade era isso. No mesmo Conselho Diretivo nós, de facto, debatíamos posições contrárias e chegávamos a plataformas de entendimento.

PJP: *De consensos...*

RJZP: Não gosto muito de falar em consensos, porque acho que os consensos matam a Democracia. Gosto mais de falar em plataformas de atendimento, plataformas comuns. Não é preciso termos todos a mesma opinião, do consenso. Podemos fazer cedências. Podemos continuar a divergir, é preciso é avançar. Portanto, foram anos muito interessantes, de contacto com os estudantes, de perceber as reivindicações do “estudentareado”. Como nós dizíamos, já numa prefiguração de uma linguagem mais inclusiva, nunca falávamos em os/as estudantes. Era o studentareado, o professorado, que é muito mais inclusivo. Mas isso depois perdeu-se e foi reinventado e redescoberto: “– Eh, pá! Somos tão inclusivos, a dizer os/as!” Não é preciso. O português é uma língua rica! Tem vocabulário neutro, apesar de as pessoas acharem que não. Tem vocabulário neutro.

PJP: *Foi da herança latina.*

RJZP: Resultado... Escola, atividades circum-escolares. Eu, professor de História, e um dos professores de Filosofia, o Henrique Gomes Araújo, fazíamos sessões de cinema na escola e discutíamos *tipo* cineclube. Apresentávamos o filme, projetávamos e depois discutíamos com os alunos. À noite, tinha alunos interessadíssimos: tinha duas turmas em simultâneo, que me enchiam o anfiteatro. Também, fazia-lhes a papinha toda... Escrevia imenso no quadro e eles tomavam apontamentos e levavam para casa. Discutíamos, para dar um exemplo então muito em voga, as opções políticas do Infante Dom Henrique e do Infante Dom Pedro, duas visões antagónicas. Não é bem assim, a gente hoje sabe que não é bem assim, mas, na altura, era essa a perspetiva. E era muito interessante porque mais do que transmitir-lhes um conhecimento feito, eu procurava estimulá-los na procura e na produção de conhecimento. Isto se calhar para os alunos era um bocadinho complicado, mas eu acho que resultou, porque eu vejo alguns daqueles

que foram meus alunos aí, a tomar decisões. Um deles, o Joaquim Oliveira Caetano - o “puto Caetano” - é o atual diretor do Museu Nacional de Arte Antiga. Tive assim alguns alunos brilhantes, daqueles que a gente já estava mesmo a ver para onde é que eles iam – “que este putinho é brilhante, este putinho vai chegar longe” – mas, eu procurava estimulá-los na produção e na procura de conhecimento. Claro que lhes dava imensos apontamentos, eles tomaram apontamentos, mas era na perspectiva de que há visões diferentes, vamos lá pôr as visões em confronto! E agora, a verdade é uma verdade produzida a partir dos documentos: “*Pas d'histoire sans documents* - como diz uma amiga minha, que, por acaso, se chama Patrícia de Jesus Palma. Foi isto.

PJP: *Estamos a chegar ao fim. O Rui há muitos anos que está no Algarve...*

RJZP: Tenho muita relação com o Algarve, porque metade da minha família é algarvia, de Olhão. Eu sempre fui passar férias para casa das tias em Olhão. Tive sempre muita relação com o Algarve. Mas a relação acentuou-se quando, em 1986, vindo do Museu Nacional de Arqueologia, chego a Évora para trabalhar com outro homem que me deixou uma marca gratificante, o Caetano Beirão. Advogado, daqueles de barra, que se converteu à gestão do património, depois de ter sido, antes do 25 de Abril, delegado do governo fascista como censor da Rádio Televisão Portuguesa. Eu acabei por encontrar um homem que era extraordinariamente afável, com um trato que podemos classificar de trato democrático, porque admitia opiniões contrárias, e que me orientou enquanto funcionário público sem impor. Sugeriria. E foi fantástico o convívio com esse homem em Évora. O então Serviço Nacional de Arqueologia da Zona Sul, que estava sediado em Évora, cobria o Alentejo e o Algarve. E quando eu entro em 86, final de 86, a trabalhar em Évora, o Caetano Beirão diz-me:

"- Você é que é o algarvio, você fica com o Algarve. A acompanhar os trabalhos arqueológicos e o património arqueológico no Algarve".

Como gestor de património, a minha relação com o Algarve vem desde 1986.

PJP: E toda essa experiência que acabou de descrever, no fundo, tem beneficiado o Algarve.

RJZP: Se calhar, porque eu fui diretor dos bens culturais. Que eu costumo dizer que fui diretor dos males culturais... Eu julgo que, de alguma maneira, beneficiou. Porque eu vou em 86 para Évora, ficando ligado ao Algarve. E quando, em 97 – portanto, 11 anos depois - o então I.P.P.A.R. (*Instituto Português do Património Arquitectónico*) está a finalizar as obras em Sagres, já com o ministro Carrilho, eu sou convidado, ainda antes do final das obras, pelo Luís Calado, então diretor-geral, para vir dirigir a Fortaleza de Sagres

como serviço dependente do I.P.P.A.R. Foi toda essa experiência de relação com o Algarve que eu acabei também por pôr ao serviço da minha gestão de um monumento dependente diretamente do diretor-geral. E acabei por pôr ao Luís Calado uma condição que foi: Ok, eu trato-lhe da Fortaleza, mas você deixa-me tratar da valorização dos sítios arqueológicos que estão incluídos nos Itinerários Arqueológicos do Alentejo e Algarve. Mais concretamente, Milreu e Alcalar. O Cerro da Vila também, que foi feito com os privados, daquilo que, na altura, se chamava Lusotur, agora não sei como é que se chama, porque estão sempre a mudar de nome – parecem o I.P.P.A.R. E incluímos a Abicada também, que depois acabou por não se concretizar. Tudo o que fiz em Sagres, fiz também para a valorização de Alcalar, para a valorização de Milreu. E o Luís Calado cumpriu com a sua promessa de me deixar brincar aos arqueólogos, para além de me deixar brincar aos diretores de monumentos.

PJP: *Sempre construindo, sempre com um grande sentido de construção?*

RJZP: Sim, a ideia era sempre construção e uma construção muito participada com os diretamente interessados. Ou seja, não lhes chamava *stakeholders*, mas chamava-lhes pessoas e entidades diretamente interessadas no processo de valorização do seu património. Era essa, portanto, a perspetiva, nomeadamente em relação aos monumentos megalíticos de Alcalar, desde o primeiro programa-base de valorização, que eu produzi logo no início do ano seguinte a ter entrado no Serviço Regional de Arqueologia, em Évora, eu tinha um programa-base para Alcalar. Sempre numa perspetiva de que isto é um equipamento que futuramente há-de ficar como antena do Museu de Portimão. Até porque eu tinha a formação de museologia, com todos os impulsos da nova museologia. Portanto, já então eu achava que as melhores entidades para gerirem património, que tem uma localização concreta, são os municípios, numa perspetiva nacional. Não como equipamento exclusivamente municipal e para os municípios, mas como equipamento municipal vocacionado para diversos públicos: os do município, os da sub-região, os da região, os internacionais, os visitantes, os utentes de todas as qualidades e feitios, como os investigadores, etc. Esta perspetiva eu já a tinha trazido também do Museu de Arqueologia. O Museu de Arqueologia era, até entrar o Francisco Alves, que foi quem me convidou para integrar a equipa dele e que foi – com muito apoio político do Vasco Pulido Valente, que era então Secretário de Estado da Cultura do governo da A.D., de Sá Carneiro – quem, de facto, fez a primeira grande mudança na gestão do património arqueológico em Portugal após o 25 de Abril, com a remodelação do Museu Nacional de Arqueologia e com a reformulação daquilo que foi o Departamento de Arqueologia dentro do I.P.P.C. (*Instituto Português do Património Cultural*), setor que tinha, até essa altura, apenas três funcionários - uma

documentalista, a Judite Paixão; o marido, António Cavaleiro Paixão, arqueólogo de terreno; e o Fernando Bandeira Ferreira, que era de facto uma pessoa com muita experiência de terreno, mas que depois se arvorou em teórico e empurrou as questões práticas para os outros dois.

Foi por iniciativa do Francisco Alves que houve uma maior abertura na arqueologia portuguesa... É curioso, porque um governo de direita, de centro-direita, tinha um Secretário de Estado com perspetivas de esquerda, que abriu a gestão do património arqueológico, criando o Instituto Português do Património Cultural e instituindo os primeiros serviços regionais dentro da gestão do património, com a criação dos Serviços Regionais de Arqueologia, que são uma criação do Francisco Alves, mas que são também minha, porque aquilo foi muito discutido comigo e eu trazia a perspetiva dos serviços regionais da Alemanha. Foi isso que acabou por ir para o decreto da criação dos serviços, que estão na base depois das direções regionais do I.P.P.C. e do I.P.P.A.R. e, mais recentemente, das Direções Regionais de Cultura... Nessa mesma altura, também por iniciativa do Francisco Alves, o Museu Dom Diogo de Sousa, em Braga, foi convertido em Museu Regional de Arqueologia. Na verdade, esse museu já existia, mas com âmbito municipal, mas foi recriado em 1981 a cobrir o Norte do país numa perspetiva de Museu Regional. Por isso, é que também não se compreende porque é que agora pretendiam colocar o Museu Dom Diogo de Sousa na tutela municipal, não faz sentido. A não ser que seja uma tutela municipal vocacionada para a região... Duvido. Seria o museu de *Bracara Augusta*, se fosse para a frente nesta perspetiva que é errada, no meu entendimento. E não foi assim que o Museu foi remodelado e repensado em 1981. E, além disso, o Francisco institui dentro do Museu Nacional de Arqueologia a primeira unidade técnica de arqueologia subaquática. Quando muitas pessoas, atualmente meus colegas, tentam apagar a figura do Francisco Alves, como se nunca tivesse existido, eu insisto em que nós somos devedores ao Francisco Alves de tudo isto. E não é pouco. Para esse pedidório, de apagar a figura do Francisco Alves, eu não dou, e não contem comigo.

PJP: *E quando é que depois da Fortaleza de Sagres passa para a Direção Regional de Cultura?*

RJZP: Quando muda o governo e substituem o Luís Calado, meu querido diretor-geral, por um outro diretor-geral, o arquiteto João Belo Rodeia, que é professor na Faculdade de Arquitetura. Um bom teórico de arquitetura, mas que procurou gerir o património de uma forma com a qual eu não concordava. E, portanto, eu pedi para sair de Sagres e ficar ligado à Direção Regional de Cultura, que nessa altura se chamava Direção Regional do

IPPAR. E trabalhei com a arquiteta Teresa Pimpão como diretora, uma mulher muito afável, muito querida.

PJP: *Em que período?*

RJZP: Entre 2004 e 2022. Até 2004, eu estivera em Sagres como diretor do monumento, a partir de 2004 estou em Faro como técnico de direção regional e de 2012 a 2022 como diretor de serviços, desde quando a Dália Paulo era diretora regional e depois ainda com as pessoas que lhe sucederam no cargo (Alexandra Gonçalves e Adriana Nogueira).

Diziam em Évora, ainda dizem hoje, que aquele serviço... O Dr. Beirão tinha ido para Évora dois anos antes de nós chegarmos. Não tinha funcionários, estava sozinho. De repente, tem dois funcionários: a Susana Correia - que morreu em 2023 - e eu. A Susana foi para Beja porque tinha mais ligações a Beja. Ficou encarregue de toda a parte Sul do Alentejo. E eu fiquei com o resto do Alentejo e com o Algarve. E, entretanto, entraram mais colegas por requisição, que se formaram comigo, na prática: o Virgílio Correia, que foi diretor do Museu de Conímbriga; a Ana Carvalho Dias, que foi diretora do Convento de Cristo em Tomar e que está atualmente no Forte de Sacavém... O Virgílio continua em Conímbriga não como diretor, mas como técnico. Essa gente trabalhou diretamente comigo. Formámos uma pequena equipa. A Teresa Matos Fernandes, antropóloga, a primeira antropóloga nos Serviços de Arqueologia, que é atualmente professora na Universidade de Évora e que tem lá o Departamento de Biologia e colabora com a Câmara de Lagos. O fotógrafo Manuel Ribeiro, que é fotógrafo profissional, mas que era na altura fotógrafo dos serviços e que trabalhou diretamente comigo nas escavações da Praia da Luz, de início de 1987 a 90. Toda essa gente formava uma pequena equipa, muito operacional. Entretanto, o Caetano Beirão saiu, por imposição do professor Lamas, que tinha um amigo para colocar no lugar. Quando o Caetano Beirão chegou ao fim da comissão de serviço, ficou pendurado. Voltou para o lugar de base, que era como jurista da Galp, saiu da esfera da gestão do património cultural. Mas continuou a viver em Évora e acabou por reformar-se passado pouco tempo... E nós ficámos a gerir, na ausência do Caetano Beirão e, enquanto não chegou o amigo do professor Lamas, que ele lá queria meter... ficámos durante um ano, em perfeita autogestão, o que foi fantástico, porque demos apoio a muitas solicitações dos municípios. E resolvíamos as coisas em brigada.

Era preciso, não havia arqueologia por contrato. Eram os serviços do Estado que asseguravam os salvamentos de emergência e as valorizações, portanto, nós procurávamos dar apoio. Resposta e apoio às solicitações que vinham dos municípios. E fez-se muito trabalho, porque nós deslocávamo-nos em brigada: iam arqueólogos, ia uma

antropóloga, quando era uma escavação de um cemitério... os desenhadores, a Ivone Beirão e o Manuel Ribeiro... o fotógrafo, que também desenhava, mas sobretudo fazia toda a cobertura fotográfica dos trabalhos. E nós despachávamos o serviço em menos de nada. Não era um arqueólogo e depois a pedinchar os outros técnicos. Não, a Câmara punha os serventes e nós coordenávamos. Como era uma equipa, como era uma brigada especializada, resolvíamos o assunto. Tivemos algumas pessoas também a querer colaborar connosco, estudantes, que integravam estas brigadas, portanto, foi uma experiência muito interessante. Até que, finalmente, o professor Lamas conseguiu colocar em Évora a pessoa que ele queria e a primeira ação do novo diretor foi tirar-nos o telefone. Portanto, deixou de haver resposta às câmaras, porque a resposta passou a ser: “– Pois... não temos capacidade, não podemos.” Portanto, acabou por se perder muita coisa desse dinamismo que estava instituído e que depois só foi reativado já no tempo do Manuel Carrilho como Ministro da Cultura, com as extensões territoriais do Instituto Português de Arqueologia e já com uma arqueologia de contrato, com empresas formadas para dar resposta. Portanto, não eram só as universidades e os serviços do Estado. Passou a haver empresas profissionais que, ao contrário dos lamentos e dos miserabilismos de grande parte dos meus colegas, que dizem que isto está tudo pior e não há dinheiro para nada, não. Vamos lá fazer contas: em termos de volume de negócio, quanto é que a Arqueologia move no país? Se nós formos para a conta-satélite e colocarmos a Arqueologia como uma coisa específica na conta-satélite, temos de contar com tudo. Quanto é que os cidadãos, os promotores gastam em contratualização de trabalhos de arqueologia? Dizer que não há dinheiro para arqueologia é uma falácia. Agora, a nossa obrigação enquanto gestores de património é que toda essa atividade se converta em produção efetiva de conhecimento e, muitas vezes, isso não acontece. Porque nós temos os nossos museus - e nomeadamente o Museu de Lagos - cheios de objetos arqueológicos recuperados em contexto e registados e documentados que depois não são estudados e valorizados, em termos de daí resultar produção de novo conhecimento. Há assim umas coisinhas que se vão fazendo, mas não é uma coisa sistemática e é uma pena. Mas, não se pode dizer que não há dinheiro para a Arqueologia, não! A Arqueologia move uma quantidade apreciável de investimento através da contratação de trabalhos arqueológicos. Isso é a minha perspetiva.

***PJP:** Agradecemos muito a sua perspetiva e a partilha da sua experiência sobre este tema.*

RJZP: Acho que tudo isto nós devemos ao 25 de Abril e ao processo revolucionário que vem transformar completamente um país miserável num país que recupera as suas raízes europeias e os seus contactos com o mundo europeu, do qual, aliás, nunca saiu, nem

mesmo na época dos Descobrimentos. Porque a perspectiva euro-mediterrânica esteve presente em todo o período chamado dos Descobrimentos e da Expansão.

Referência para citação: MUSEU DE LAGOS / PALMA, Patrícia de Jesus – *Entrevista a Rui Jorge Zacarias Parreira*. 2023-07-28. 15 p. Acessível, com a ref.^a PT/ML/AML/C/3/35/000008, em <https://abrir.link/VqVCx>.